

EIXO 4: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PROFISSÃO DOCENTE

DOCÊNCIA E MATERNIDADE: RELATOS DE PROFESSORAS SOBRE ROTINA, DESAFIOS E O PAPEL DO CMEI ARIANO VILAR SUASSUNA

Anna Clésia Nunes Fernandes da Silva

UFRPE,

anna.fernandes@ufpe.br

Juceli Bengert Lima

FUNDAJ

juceli.bengert@fundaj.gov.br

Resumo

As políticas e programas de valorização docente ainda carecem de maiores investimentos e atenção do poder público que garantam o alcance das metas que constam nos documentos oficiais (Gouveia; Oliveira; Camargo, 2006; Hypólito, 2015; Oliveira, 2004). Segundo Oliveira (2004), a valorização docente envolve fatores como a formação docente inicial e continuada, a remuneração, a carreira e as condições de trabalho, que estão presentes em documentos oficiais, trabalhos acadêmicos e são reivindicados nos movimentos sociais em defesa da educação. A conciliação entre maternidade e exercício da docência representa um desafio complexo, atravessado por questões estruturais, culturais e institucionais que impactam a permanência e o desempenho das mulheres no ambiente acadêmico. No contexto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o Centro Municipal de Educação Infantil Ariano Vilar Suassuna (CMEI) é resultado de uma parceria entre a Prefeitura do Recife e a Universidade, configura-se como uma política pública de assistência e permanência que busca oferecer suporte a estudantes e servidoras-mães. A creche oferece atendimento nos períodos matutino, vespertino e, para algumas turmas, em período integral, atendendo tanto filhos de servidores e estudantes da universidade, como crianças das comunidades vizinhas à creche, a qual é destinado 50% das vagas oferecidas. Dessa forma, o espaço se configura como um importante mecanismo de suporte tanto às mães servidoras, como às mães estudantes. A partir de Urpia (2009), que aborda as complexidades da vida acadêmica em conjugação com a maternidade e de Silva e Guedes (2020), que discutem o cansaço físico e psicológico decorrente da dupla jornada e das cobranças sociais, a pesquisa também

dialoga com os estudos de Maria Malta Campos (2012), que enfatizam o papel social da creche, que é um direito da criança, também como espaço fundamental para o apoio à maternidade e à inclusão. Este estudo, de natureza qualitativa, é um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento, que tem como objetivo investigar as experiências de professoras-mães no exercício da docência, explorando as dificuldades enfrentadas e o papel do CMEI como estratégia de suporte. A metodologia adotada consistiu em entrevistas semiestruturadas com duas professoras que vivenciam simultaneamente as demandas do trabalho, como docentes da UFRPE, e da maternidade. Essa investigação dialoga diretamente com o eixo temático “Políticas públicas e práticas de inclusão na educação superior”, do XIV Seminário Rede Estrado, ao evidenciar a importância das políticas de assistência para garantir a permanência e o sucesso acadêmico das estudantes e servidoras-mães. De acordo com Urpia (2009), a entrada das mulheres nas universidades, como também no mercado de trabalho, não as tem desobrigado do cuidado da casa e dos filhos. Segundo a autora, uma ampla incorporação das mulheres às universidades e à ciência, sem que haja mudanças culturais profundas no contexto acadêmico como em toda a vida social, acaba por colocá-las em situação de grande desvantagem, especialmente no que tange à sobrecarga decorrente de jornadas de trabalho mais intensas. Essa realidade demanda das instituições universitárias a adoção de horários mais flexíveis e um acolhimento efetivo, aspectos que ainda necessitam de avanços significativos. Essa questão é evidenciada nos relatos das professoras entrevistadas nesta pesquisa. Ao serem questionadas sobre o suporte oferecido pela universidade a Prof.^a C destacou a falta de acolhimento institucional, e que a estrutura é maternofóbica. Já a Prof.^a J relatou que sempre que precisa flexibilizar algum horário há uma grande briga, apesar de ter avançado muito, desde que ingressou como docente. As narrativas evidenciam, ainda, que a rotina de uma mãe-docente é marcada pela sobreposição de papéis e pela ausência de políticas institucionais robustas de apoio. A Prof.^a J descreve um cotidiano atravessado pela logística de deslocamento, cuidados domésticos e atividades acadêmicas, ressaltando que a creche dá uma segurança, para o trabalho e garante que “*o horário que minha filha está na creche é o horário que eu trabalho*”. Para a Prof.^a C, a experiência é agravada pela escassez de rede de apoio: “*quando falta creche, é a maior agonia. Me viro nos 30 para poder trabalhar e cuidar das crianças*”. Outro fator importante levantado nas entrevistas foi o impacto financeiro visto que a creche pública,

período integral e tudo é fornecido pela creche, inclusive as fraldas. “*Se eu fosse pagar uma creche do estilo que é essa, ia custar, no mínimo, 2 mil reais*” (Prof.^a C). As duas docentes destacaram a alimentação de qualidade ofertada, com cardápio organizado por nutricionista, que é divulgado semanalmente, incluindo cuidados à intolerância à lactose da filha da Prof.^a C. Também avaliadas positivamente foram a estrutura física, considerada ótima, com salas arejadas, iluminadas, com área externa arborizada e as profissionais docentes, em sua maioria concursadas. As entrevistas revelam que, embora o CMEI represente um avanço importante, garantindo condições para o exercício da docência, ele não elimina as tensões que perpassam a experiência dessas mulheres. As falas expõem um paradoxo: a creche é vista como “*cuidado, segurança, possibilidade de trabalhar tranquila*” (Prof.^a J, 2025), mas sua eficácia depende de uma gestão participativa, com transparência na comunicação e maior integração entre as políticas de assistência e de condições de trabalho docente. De acordo com Maria Malta Campos (2012) a instituição da creche traz uma história própria e desempenha papéis sociais que vão além de sua função exclusivamente educativa. A oferta de creches faz parte de políticas de superação das desigualdades de gênero. Conclui-se que a presença do CMEI na UFRPE potencializa a permanência e o desempenho profissional das mães-docentes, mas carece de aprimoramentos na gestão, no diálogo com as famílias e na ampliação do acesso. A análise aponta para a necessidade de repensar a política de assistência à maternidade na universidade, articulando o serviço da creche a um conjunto mais amplo de estratégias institucionais que promovam equidade de gênero e valorização da carreira docente.

Palavras-chave: Maternidade. Docência. Políticas Públicas.

Referências:

CAMPOS, Maria Malta. Educar crianças pequenas: em busca de um novo perfil de professor. **Retratos da Escola**, v. 2, n. 2/3, 2012.

GOUVEIA, Andréa B arbosa; CRUZ, Rosana Evangelista da; OLIVEIRA, João Ferreira de; CAMARGO, Rubens Barbosa de. Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 22, n. 2, 2006.

HYPOLITO, Álvaro Luiz M. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Cadernos Cedes**, v. 35, n. 97, p. 517-534, 2015.



OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Revista Katálýsis**, v. 23, p. 470-479, 2020.

URPIA, A. M. O. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.